



Índice

- 01** Caixa Econômica Federal já contratou mais de 2.750 casas para indígenas em todo o país
- 02** Anistia Internacional condena Brasil por situação de indígenas
- 03** André mostra cautela sobre viabilidade da proposta de comprar fazendas para índios com TDAs
- 04** Prefeito de Amambai emite nota sobre demarcação de terras indígenas
- 05** Começa nesta sexta-feira os 12º Jogos dos Povos Indígenas
- 06** Deputados entram com mandado no STF contra PEC da demarcação de terras indígenas
- 07** “Índios na Cidade”
- 08** Fazendas que eram do narcotráfico podem virar terras indígenas
- 09** Augusto espera que ação para desocupar terras indígenas tenha sucesso
- 10** Terreno de reserva indígena desapropriado



Caixa Econômica Federal já contratou mais de 2.750 casas para indígenas em todo o país

SÍTIO PLANALTO.GOV.BR, 08.08.2013

A Caixa Econômica Federal, por intermédio do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), já beneficiou mais de 80 mil famílias, em todo o país, sendo mais de 2.750 contratos assinados para comunidades indígenas, o que significa mais de 13.700 pessoas beneficiadas. Foram 1.542 famílias na região Sul, 690 no Norte, 379 no Nordeste e mais 140 no Centro-Oeste.

Para participar do PNHR, a entidade organizadora, representante dos indígenas, deve comparecer à agência da Caixa mais próxima para receber orientações de como apresentar o projeto para construção das casas.

Para a superintendente nacional de Habitação Rural da instituição, Noemi da Aparecida Lemes, o PNHR garante dignidade às famílias indígenas, com solução de água, energia elétrica, esgotamento sanitário e vias de acesso. "A priorização do programa para comunidades tradicionais, como as indígenas, mostra a preocupação em garantir a cidadania e qualidade de vida para famílias que, historicamente, foram excluídas das políticas públicas habitacionais", salienta.

Cerca de 16 entidades já realizaram contratos com o banco, para comunidades indígenas de todo o país. A principal delas é a Cooperativa de Habitação Indígena da Região Sul (COOPHIRS), com 884 famílias beneficiadas por meio do PNHR. Criada em 2009 e formada apenas por lideranças indígenas, a COOPHIRS promove a melhoria da qualidade de vida das famílias por meio de parceria com a Caixa, instalando unidades habitacionais em terras indígenas como a do Guarita, Nonoai, Votouro, Irai, Inhacorá, Por Fí e Coxilha da Cruz.

A cooperativa atua em três estados: no Rio Grande do Sul (RS), onde foram assinados 661 contratos; em Santa Catarina (SC), com mais 183; e em Mato Grosso, 40. São casas com infraestrutura de saneamento básico, água e energia, muitas delas interculturais, construídas de acordo com os costumes indígenas. Em Barra do Ribeiro (RS), na aldeia Coxilha da Cruz, 25 famílias da etnia Guarani têm suas casas desenhadas, na parte frontal, no formato de um cocar. Já no município Alto da Boa Vista (MT), a tribo da etnia Xavante recebeu 40 unidades, todas em forma de ocas.

O presidente da COOPHIRS, Leomar Douglas Ribeiro, lembra que os indígenas têm os mesmos direitos que o cidadão comum. Todos na aldeia devem ter uma casa de qualidade para dormir e se protegerem da chuva e do frio. "Vivíamos em casebres, casas de capim. Com o PNHR, passamos a ter casas de qualidade, com saneamento, água, luz. Foi um dos melhores projetos já implantados nas reservas indígenas. É uma alegria recebê-las, com toda a importância que a Caixa nos dá", comenta Ribeiro.

CONT.



Para comprovação de renda, os indígenas apresentam o Documento de Aptidão ao Pronaf (DAP). A gleba pode ser de posse da comunidade e não tem o limite de quatro módulos fiscais de área. A demarcação da área pode ser por meio de homologação, com matrícula no registro de imóveis, ou, em caso de áreas ainda não demarcadas, com certidão emitida pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Parâmetros

Para famílias com renda anual de até R\$ 15 mil (Grupo I), o valor do subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), é de até R\$ 28,5 mil para construção, e até R\$ 17,2 mil para reforma. Cada família devolve à União 4% do valor subsidiado, em 4 parcelas anuais (1% por ano – 96% do valor total do projeto é subsidiado). Para a região Norte, o valor do subsídio é de até R\$ 30,5 mil para construir, e até R\$ 18,4 mil para reformar a moradia.

As propostas devem ser apresentadas por intermédio de uma entidade organizadora, sem fins lucrativos, com no mínimo 4 e no máximo 50 famílias por grupo. É destinado subsídio do OGU de R\$ 1 mil por família, para que a entidade organizadora preste assistência técnica e execute o trabalho social dos beneficiários.

As famílias beneficiadas pelo PNHR recebem ainda, capacitação técnica e orientação sobre gestão da propriedade rural, melhoria das moradias, cooperativismo, participação da mulher na gestão da propriedade e ações que visem à permanência do jovem no campo.

Fonte: Portal Planalto com informações da Caixa Econômica Federal



Anistia Internacional condena Brasil por situação de indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 08.08.2013

Secretário-geral Salil Shetty ouve mais de 100 líderes indígenas de MS e se reúne hoje com ministros em Brasília

A Anistia Internacional, entidade formada por três milhões de pessoas, em mais de 150 países do mundo, condenou a morosidade do Brasil para resolver os conflitos por terra indígena, especialmente em Mato Grosso do Sul. Ontem, o secretário-geral da entidade, Salil Shetty, esteve em Dourados, onde se reuniu com mais de 100 lideranças indígenas do Estado. O encontro aconteceu na Aldeia Jaguapiru.

De acordo com o secretário, graves atrasos da demarcação de terras estão colocando as comunidades indígenas em risco de violência, intimidação e despejos forçados. Projetos de desenvolvimentos também estariam sendo realizados sem a consulta adequada aos povos indígenas e propostas de alterações legislativas ameaçam, segundo Salil, tanto os processos de demarcação como o direito ao consentimento livre, prévio e informado desses povos.

Segundo o secretário Salil, a principal bandeira de luta defendida pela Anistia é a celeridade nos processos de demarcação. Ele diz que a entidade está mobilizada e vai expor a situação considerada "vexatória" do País, aos mais de 3 milhões de membros em mais de 150 países no intuito de pressionar o Governo Brasileiro a adotar uma ação que resolva o conflito que está matando índios e fazendeiros em MS.

O secretário informou que a Anistia está acompanhando a situação dos índios de MS há anos e que, portanto, o trabalho não começou agora. "Ouvimos muitas histórias chocantes, muitas lideranças mortas e temos que pôr fim a tudo isto", destacou, observando que sem terra os índios não têm vida.

O diretor executivo Atila Roque, da Anistia do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, diz que a entidade vai levar a mensagem dos povos indígenas para o mundo. Diz que o que acontece hoje no Brasil é uma verdadeira violação dos Direitos Humanos e que as comunidades indígenas estão correndo riscos de agravar ainda mais a violência que já causa massacre entre as comunidades. "A lentidão do Governo em oferecer uma solução para o conflito é um vexame internacional", destacou.

O indígena Elizeu Lopez, líder Kaiowá, diz que é de fundamental importância a intervenção da Anistia na defesa dos povos indígenas. Segundo ele, os membros da entidade estão "sentindo na pele" como vivem em situação de miséria e vulnerabilidade a população indígena do estado de Mato Grosso do Sul. "Com esta ajuda internacional nós sentimos que não estamos mais sozinhos na luta pela vida e pela Justiça", contou.

CONT.



Estatística

Segundo dados dos relatórios de violência do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Mato Grosso do Sul é o maior foco de conflitos entre indígenas e fazendeiros no país. O Estado concentra 57% dos assassinatos de indígenas de todo o território nacional, 319 de 564 de todos os casos registrados na última década. Desde 2005, o Mato Grosso do Sul lidera os índices de violência contra indígenas. Em 2012, 37 dos 61 assassinatos ocorreram no Estado – todos ligados à disputa por terra.

O confinamento de aproximadamente 14 mil indígenas em um espaço de 3,6 mil hectares acaba resultando em diversos casos de violência, com alto índice de homicídios, além de casos de estupro, tráfico de drogas e violência policial. Ainda segundo o relatório da Anistia Internacional, “eles também são vítimas de violência por parte dos fazendeiros locais, que vivem nas cercanias da reserva. Em fevereiro deste ano, um adolescente Guarani-Kaiowá foi morto enquanto pescava em um rio, onde antes era o território tradicional de seu povo”.

Segundo o site Brasil de Fato, Dourados é considerado o epicentro do problema indígena do Estado.

“De um lado, acampamentos de estrada e retomadas em territórios tradicionais onde incidem fazendas. Do outro, uma reserva indígena com o maior quadro de confinamento de populações tradicionais do país, e um dos contextos de maior violência e miséria do país”.

Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil aponta ainda que Mato Grosso do Sul registrou o maior número de suicídios de indígenas do país, com 19 casos em 2011.

De acordo com o relatório, o suicídio é o índice mais triste e mais alarmante em termos de população indígena. Segundo ele, esse número retrata, acima de tudo, a situação de território em que a população indígena vive. Em um local pequeno, os indígenas não podem reproduzir os costumes, os índios têm crenças vinculadas ao local onde moram”, diz trecho do relatório.



André mostra cautela sobre viabilidade da proposta de comprar fazendas para índios com TDAs

SÍTIO REGIÃO NEWS, 09.08.2013

De acordo com o governador, a União não deve tomar decisões que ainda vão onerar os cofres do governo estadual.

Contrariando a expectativa inicial de otimismo de que o conflito envolvendo fazendeiros e índios da Reserva Buriti estaria prestes a ser resolvido com o anúncio do uso de Títulos da Dívida Agrária para compra dos 15 mil hectares reivindicados como terra indígena, o governador André Puccinelli mostrou cautela e espera pelos detalhes da operação que o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, deve apresentar no próximo dia 13 quando estará em Grande.

"Os produtores têm de acordar com o governo federal, porque o governo do estado simplesmente foi um convalidador das titulações feitas pelo governo federal."TDA não é dinheiro. Tem deflação, não vale o valor de face", declarou.

De acordo com o governador, a União não deve tomar decisões que ainda vão onerar os cofres do governo estadual. "Espero que não reste para nós", destacou. Puccinelli ponderou que o próprio Estado foi "co-validador" dos títulos de terras aos produtores rurais e que estes não devem ser prejudicados.

"Eles precisam saber se eles (produtores) irão aceitar a proposta, pois tem que atender aos seus interesses também", argumentou. Para o governador, a União faz importantes parcerias com o Estado, porém nesta área esta negligente.



Prefeito de Amambai emite nota sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 08.08.2013

O prefeito de Amambai, Sérgio Barbosa (PMDB), esteve participando na última quarta-feira (7), em Brasília, de reunião para discutir uma saída para a questão da demarcação de terras indígenas no estado de Mato Grosso do Sul.

Nesta quinta-feira (8) o prefeito divulgou nota informando os procedimentos que foram tomados no encontro.

Depois de várias reuniões da mesa de negociações no Ministério da Justiça, no dia de ontem em Brasília, o Governo Federal através dos ministros da Justiça, Cardozo e do Secretário Geral da Presidência da República, com representantes de todos os setores, nesta reunião eu estou representando os prefeitos de Mato Grosso do Sul (Assomasul), foi apresentada e aprovado pela Mesa, que o Governo Federal vai adquirir terras no MS e que em parceria com o Governo do Estado, indenizará os produtores pela suas terras, para que possa entregar a Fazenda Buriti e região aos índios Terenas.

Também ficou decidido que será realizada operação similar para atender uma prioridade dos índios Guarani e Caiuás, e a mesa de negociações apresentará um cronograma para ser implantado esta solução e outras demandas, onde a comunidade indígena apresentará suas prioridades, respeitando um critério aprovado pela mesa, sempre levando em conta o estágio e o tempo do processo judicial.

Também ficou acordado que não haverá novas ocupações pelos indígenas durante este processo, para eliminar os conflitos e possíveis reintegrações de posse, porém caso isto não seja respeitado, estas áreas invadidas/ocupadas/retomadas não farão parte das prioridades de solução pelo Governo.

Na próxima terça-feira, a mesa se reunirá novamente em Campo Grande, com a presença dos Ministros Cardozo e Gilberto Carvalho, onde apresentarão concretamente um cronograma.

Embora muito difícil e demorada a solução as partes, agricultores, indígenas, e autoridades entenderam que a reunião mostra um esforço de todas as partes para construir a ordem jurídica, a paz no campo com a redução dos conflitos, e que o exemplo do MS poderá ser replicado no resto do País. ESTAMOS TODOS OTIMISTAS PELA SOLUÇÃO PACÍFICA DESTE PROBLEMA QUE SE ARRASTA POR DÉCADAS.



Começa nesta sexta-feira os 12º Jogos dos Povos Indígenas

SÍTIO GAZETA DIGITAL, 08.08.2013

Redação do GD

Começa nesta sexta-feira (9) os 12º Jogos dos Povos Indígenas em Cuiabá. A solenidade de abertura contará com a presença do prefeito Mauro Mendes (PSB), no Palácio Paiaguás. Também estarão presentes o secretário nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social do Ministério do Esporte, Ricardo Garcia Cappelli, além do secretário de Esporte de Cuiabá, Carlos Brito.

Também são esperados representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário, da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e aproximadamente 50 indígenas de diferentes etnias.

Este ano, deverão participar dos jogos cerca de 1,6 mil índios de 48 etnias brasileiras, número que supera o recorde da última edição, realizada em Tocantins, onde 1,4 mil índios de 39 etnias marcaram presença.

Além de representantes de etnias nacionais, os 12º Jogos dos Povos Indígenas terão a participação de indígenas ou agências de governos de 16 países, que irão debater e protocolar um acordo para a realização dos Jogos Mundiais Indígenas, que serão realizados em 2015, no Brasil. (Com ascom)



Deputados entram com mandado no STF contra PEC da demarcação de terras indígenas

SÍTIO TRIBUNA DO DIREITO, 08.08.2013

Proposta transfere para o Legislativo o poder de homologar terras indígenas

Deputados da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas e da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos protocolam no Supremo Tribunal Federal (STF) um mandado de segurança contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere ao Congresso a homologação de terras indígenas e de quilombolas, e de unidades de conservação ambiental.

Deputados das frentes parlamentares de Apoio aos Povos Indígenas e de Defesa dos Direitos Humanos tentam barrar a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 215/00) que transfere, do Executivo para o Legislativo, o poder de homologar terras indígenas.

Eles entraram hoje com mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de liminar contra a proposta. O objetivo é impedir a instalação de comissão especial para analisar a matéria na Câmara. O documento é assinado por 22 parlamentares. O grupo considera que a proposta é inconstitucional, por ferir cláusulas que não podem ser mudadas.

Em junho, o Supremo decidiu, ao analisar outro assunto, que não poderia dizer se uma proposta é inconstitucional ou não antes de ela ser aprovada no Congresso. No mandado de segurança, os deputados dizem que a proposta tende a abolir direitos e garantias individuais das populações indígenas previstos pela Constituição.

Presente na entrega do documento, o cacique Marcos Xukuru, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil, revelou temer as consequências do desequilíbrio de forças dentro do Congresso Nacional entre os defensores dos índios e os do agronegócio. "A nossa maior preocupação é de que o fato esfale as nossas terras e abra as portas para que o agronegócio, e os ruralistas entrem no nosso território. Como vai viver a nossa população, nossos filhos, nossos netos, que precisam desse espaço físico para sobreviver?", questionou.

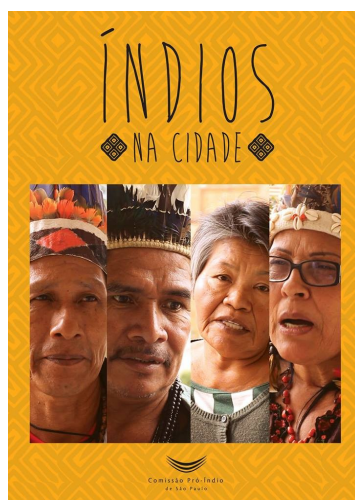
A admissibilidade da proposta foi aprovada sob protestos dos índios em março do ano passado, na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Desde então, aguarda instalação de comissão especial para ser analisada.

Em abril deste ano, centenas de indígenas ocuparam o Plenário da Câmara para novamente protestar contra a mudança constitucional. A Frente Parlamentar da Agropecuária, defensora da proposta, argumenta que o Congresso é a instância mais adequada para debater a homologação das terras, por representar diversos segmentos da sociedade. (Informações da Agência Câmara)



"Índios na Cidade"

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 08.08.2013



Nesta sexta-feira (9), Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, a Comissão Pró-Índio de São Paulo lançará o vídeo "Índios na Cidade: desafios e conquistas". O filme é resultado de dois anos de pesquisas e atividades realizadas em conjunto com povos indígenas que residem em contextos urbanos.

No vídeo, índios das cidades de Manaus, Boa Vista, Campo Grande, São Paulo, Osasco, Curitiba e Porto Alegre dão seu depoimento sobre os desafios de viver nas cidades e relatam as conquistas em termos de políticas públicas.

No Brasil, de acordo com o Censo de 2010, 36% da população indígena reside em centros urbanos. Segundo a Comissão Pró-Índio, a urbanização dos povos indígenas resulta, basicamente, de dois fatores: de um lado, em decorrência do crescimento urbano, alguns territórios indígenas são englobados pelas cidades;

de outro lado, tem-se a migração de índios das aldeias para áreas urbanas, sobretudo em busca de melhores condições de vida.

Nesta sexta-feira (9), Dia Internacional dos Povos Indígenas do Mundo, a Comissão Pró-Índio de São Paulo lançará o vídeo "Índios na Cidade: desafios e conquistas". O filme é resultado de dois anos de pesquisas e atividades realizadas em conjunto com povos indígenas que residem em contextos urbanos.

No vídeo, índios das cidades de Manaus, Boa Vista, Campo Grande, São Paulo, Osasco, Curitiba e Porto Alegre dão seu depoimento sobre os desafios de viver nas cidades e relatam as conquistas em termos de políticas públicas.

No Brasil, de acordo com o Censo de 2010, 36% da população indígena reside em centros urbanos. Segundo a Comissão Pró-Índio, a urbanização dos povos indígenas resulta, basicamente, de dois fatores: de um lado, em decorrência do crescimento urbano, alguns territórios indígenas são englobados pelas cidades; de outro lado, tem-se a migração de índios das aldeias para áreas urbanas, sobretudo em busca de melhores condições de vida.

Conforme explica Carolina Bellinger, assessora de projetos da Comissão Pró-Índio, a produção do vídeo integra as ações da organização visando ampliar a visibilidade da realidade, demandas e conquistas dos índios na cidade. O vídeo, que reúne a presença de múltiplas vozes de distintos povos indígenas, traz experiências concretas de políticas públicas que vêm contribuindo para efetivar os direitos individuais e coletivos dos indígenas que vivem em contextos urbanos.

O vídeo será veiculado no canal do Youtube da Comissão Pró-Índio somente nesta sexta-feira.



Fazendas que eram do narcotráfico podem virar terras indígenas

SÍTIO RÁDIO DIFUSORA, 08.08.2013

Existem mais de cem mil hectares em áreas devolutas no Estado, número que será confirmado ainda

O presidente da Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), Francisco Maia, participou do encontro na manhã desta quarta-feira (7) em Brasília (DF) com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no qual foram discutidos e acertados acordos acerca dos conflitos indígenas no Estado. A União poderá comprar áreas desapropriadas do narcotráfico, em caso de necessidade.

Ficou decidido que a União irá comprar as terras devolutas do Estado, pagando em Título da Dívida Agrária (TDA). Assim, será possível criar condições para desapropriar e indenizar os proprietários, cujas fazendas encontram-se invadidas em todo território sul-mato-grossense.

Existem mais de cem mil hectares em áreas devolutas no Estado, número que será confirmado ainda. As lideranças indígenas também se comprometeram a não invadir mais nenhuma área até o final de todo o processo. "Foi uma reunião vitoriosa para o entendimento entre as partes, buscando a solução desses conflitos", celebrou Francisco Maia.

O ministro Cardozo informou que virá a Campo Grande no dia 9 de agosto para encontrar-se novamente com as lideranças para tratar sobre o tema.

Situação

A Fundação Nacional do Índio (Funai) formou grupos de estudos — primeiro passo do processo demarcatório —, para análise de três novas terras indígenas na região, que abrangem área de 41,5 mil hectares, ou 14% do município de Iguatemi.

Outras terras indígenas comportam 5% de Amambai, 25,2% de Paranhos, 28,9% de Tacuru, além de 53,1% de Coronel Sapucaia, em um total de 159,8 mil hectares.

A área inclusa nos estudos da Funai corresponde a 21% do território sul-mato-grossense e gera 25% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, que conta com 66 propriedades invadidas.



Augusto espera que ação para desocupar terras indígenas tenha sucesso

SÍTIO PORTAL PPS, 08.08.2013

Por: Valéria de Oliveira

O deputado federal Augusto Carvalho (PPS-DF) afirmou, em pronunciamento no plenário da Câmara, nesta quinta-feira, que espera que tenha sucesso a força-tarefa prometida pelo governo federal para atuar neste segundo semestre com o objetivo de desocupar as terras dos índios Awá, no Maranhão. A área foi invadida por madeireiros e grileiros.

No ano passado, lembrou o parlamentar, madeireiros e seus jagunços armaram “verdadeira tocaia para as forças federais que foram averiguar a atuação ilegal de não-índios dentro da terra dos Awá”. Augusto citou reportagem da colunista Miriam Leitão, do jornal O Globo, e do fotógrafo Sebastião Salgado que trata do assunto.

“A matéria traz informações que o país desconhecia, da atuação do crime organizado que, devastando áreas indígenas, explora ilegalmente a floresta naquela região do Maranhão. Fala, inclusive, que as forças do estado brasileiro tiveram de recuar diante do poder de fogo que os criminosos ostentaram naquela ocasião, em junho de 2012”, declarou.

Para Augusto Carvalho, é “lamentável” que isso tenha ocorrido e que nem a Comissão de Meio Ambiente, nem a Comissão de Direitos Humanos da Câmara tenham tomado ciência dos fatos. “Episódios dessa gravidade impõem ao país a necessidade de uma reação contra a violação dos direitos do povo indígena”.

O parlamentar acredita que a experiência da ação do governo federal no Mato Grosso, para a desintrusão da terra dos índios Marawatsede, servirá na nova empreitada para defender os Awá. O deputado disse esperar que os posseiros e trabalhadores rurais que estão na área indígena, “usados como escudo”, sejam encaminhados para assentamentos da reforma agrária e que possam ser punidos “madeireiros e grileiros que estão afrontando as leis do país”.



Terreno de reserva indígena desapropriado

SÍTIO DIÁRIO DO NORDESTE, 08.08.2013

Com posse de toda a área, Governo do Estado espera assinar Termo de Compromisso com Funai semana que vem

O governo estadual já está com a posse de todos os 543 hectares do terreno que abrigará a Reserva Indígena Anacé, uma das exigências feitas pela Funai ao fazer a liberação da anuência à refinaria Premium II. Agora, o Estado espera a vinda à Fortaleza da diretoria do órgão, na próxima semana, para a assinatura do Termo de Compromisso da reserva, no qual também firma o compromisso de garantir a infraestrutura do local para as comunidades a serem reassentadas.

Em decreto de 31 de julho, publicado na última sexta-feira no Diário Oficial do Estado (DOE), o governador Cid Gomes declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, "os imóveis, com suas benfeitorias, servidões, acessões e outros acessórios" localizados em um terreno de 388,6 hectares no município de Caucaia. O terreno pertencia a apenas um proprietário e era o único ainda em negociação para que o governo concluísse a aquisição de toda a área que abrigará a reserva indígena.

A Procuradoria Geral do Estado (PGE), através de sua assessoria de imprensa, informou que o termo de compromisso entre o Estado e a Funai deverá ser assinado na próxima semana.

A partir de então, não haverá mais nenhum impedimento para a execução do empreendimento da Petrobras no Estado.

Os próprios índios Anacé chegaram a afirmar, quando da visita da presidente Dilma à Fortaleza, em julho passado, que eles não eram mais empecilho para a refinaria. "O local já foi fechado e nós confirmamos a área. Nós aceitamos o acordo desde que seja feita a indenização das famílias desapropriadas, construídas as nossas casas e feita toda a infraestrutura do local, com escolas e postos de saúde para a nossa comunidade", informou na ocasião o representante da comunidade, Júnior Anacé.

Com isso, a Petrobras já possui a anuência da Funai, entregue em março passado, a posse dos cerca de dois mil hectares que abrigará a refinaria, entregue pelo governo em abril passado, a Licença Prévia aprovada também em abril pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente (Semace), e agora a conclusão desta etapa ligada aos indígenas. Inclusive, os valores a serem pagos pela desapropriação será pago integralmente através de recursos do Tesouro estadual, e não mais compartilhado com a estatal, como se previa anteriormente.

Obra ainda sem prazo

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 142 / 2013

Brasília, 09 de agosto de 2013.

Contudo, o início das obras físicas da refinaria continua sem prazo. A Petrobras havia informado que até o mês de julho concluiria a fase de avaliação econômica do projeto revisado do empreendimento, que tem como objetivo garantir sua viabilidade financeira. A presidente da empresa, Graça Foster, chegou a afirmar que "muito provavelmente" a usina sairia da fase de avaliação para a de instalação no mês passado. O prazo expirou e nenhuma informação foi dada.

Procurada pelo Jornal, a estatal, afirmou, por meio de sua assessoria de imprensa, que não comentaria o assunto. A empresa também ainda não fez nenhuma menção sobre avanços nas suas negociações com a sul-coreana GS Energy para uma possível parceria na refinaria.

SÉRGIO DE SOUSA
REPÓRTER